



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - PRESIDENTE

VICENTE FELIX CORREIA

MARCOS BARROS MÉRO

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDUARDO TAVARES MENDES

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 1º DE JUNHO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 2135/2010.

Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Em face da manifestação de fl. 20, encaminhe-se ao órgão de execução a resposta da Presidência do Tribunal de Contas, juntada às fls. 23/26, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 3179/2014

Interessado: Anselmo Roberto de Almeida Brito, Conselheiro do Tribunal de Contas.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Fazenda Estadual, e de traslado à Promotoria de Justiça de Joaquim Gomes, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 4217/2015.

Interessado: Gabinete da Presidência/Tribunal de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 567/2016.

Interessado: Delegacia Geral da Polícia Civil.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Oficie-se ao Delegado-Geral da Polícia Civil solicitando informações acerca do trâmite do inquérito policial requisitado por meio do Ofício nº 123/2016-GAB.PGJ.MPE/AL (Portaria nº 0195-16- DGPC/GD).

Proc: 646/2016.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.

Assunto: Requerimento de abertura de licitação.

Despacho: Defiro, acolhendo o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitação modalidade pregão eletrônico. Fase Externa. Pregão Eletrônico SRP nº 8/2016, tipo menor preço por item, para registro de preço para futura e eventual contratação de serviços contínuos de locação de veículos, com e sem motorista. Cumpridas às formalidades legais da realização do certame por parte do pregoeiro e equipe de apoio. Pela homologação dos itens 1, 2 e 3, em favor da empresa OK Locadora de Veículos Ltda-EPP, perfazendo o valor total de R\$ 241.162,32 (duzentos e quarenta e um mil, cento e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos), e os itens 4, 5 e 6, em favor da empresa J B Locação de Veículos Eirelli, perfazendo um valor total de R\$ 523.067,28 (quinhentos e vinte e três mil, sessenta e sete reais e vinte e oito centavos). À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 1833/2016.

Interessado: Ouvidoria do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Junte-se cópia do Proc. 2121/2016.

Proc: 1861/2016.

Interessado: Dr. Antiógenes Marques de Lira, Procurador de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Oficie-se como sugerido.

Proc: 2000/2016.

Interessado: Amanda Caroline Nunes Tavares Freire, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de compensação de horas.

Despacho: Defiro, acolhendo o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Pedido de Registro de Banco de Horas, para futura compensação, de horas trabalhadas em período extraordinário em razão de exercício funcional em plantão judicial na sede da 64ª Promotoria de Justiça Criminal desta Capital. Hipótese consubstanciada no art. 27, inciso III, e seu § 1º, do Ato normativo PGJ nº 19/2012. Pelo deferimento do pleito, sugerindo a observância do § 2º do art. 27 do Ato normativo PGJ nº 19/2012, bem como que o procedimento evolua à Diretoria de Pessoal, para adoção das providências cabíveis". À DP para as medidas cabíveis.

Proc: 2032/2016.

Interessado: Dr. Vicente Felix Correia, Procurador de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 5, archive-se.

Proc: 2121/2016.

Interessado: Diretoria Geral desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DG para instruir o feito, nos termos do parecer da douta Consultoria Jurídica.

Proc: 2161/2016.

Interessado: Dr. Carlos Tadeu Vilanova Barros, Promotor de Justiça.

Assunto: Comunicação de férias.

Despacho: À DP para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

Proc: 2181/2016.

Interessado: Dr. Hermann Brito de Araújo Lima Júnior, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 2184/2016.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (IC nº 1.11.000.000154/2014-76).

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2188/2015.

Interessado: Joabe Lins da Silva, Técnico do Ministério Público.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Defiro, acolhendo o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Agentes Públicos. Remuneração. Pedido de adicional de gratificação de 5% a servidor do Ministério Público Estadual, por exercício cumulativo em Comissão de Inventário do Ministério Público de Alagoas, criada pelo Ato PGJ 10/2014. Designação pessoal realizada pela portaria nº 4/2014, publicada no dia 11 de novembro do ano em curso. Aplicação da Lei Estadual nº 7.517, de 17 de julho de 2013. Pelo deferimento do pedido, com efeitos financeiros a partir do ato de designação, sugerindo a evolução dos autos às Diretorias de Pessoal, de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças, para as providências cabíveis". À DP para as medidas cabíveis.

Proc: 2194/2016.

Interessado: Dra. Alexandra Beurlen, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 2197/2016.

Interessado: Dra. Jane Braga Quirino Lima, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DP para as medidas cabíveis.

Proc: 2199/2016.

Interessado: Dr. Marcos Barros Méro, Procurador de Justiça.

Assunto: Requerimento de licença médica.

Despacho: Defiro. À DP para as medidas cabíveis.

Proc: 2210/2016.

Interessado: Comissão de Estágio Probatório desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2211/2016.

Interessado: Dra. Marília Cerqueira Lima, Promotora de Justiça.

Assunto: Comunicação de retorno de férias.

Despacho: Ciente. À DP para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

Proc: 2218/2016.

Interessado: Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde - IPAS.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2219/2016.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ao GECOC para se manifestar.

Proc: 2220/2016.

Interessado: Secretaria da Fazenda/Estado de Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À DPO/DCF.

Proc: 2221/2016.

Interessado: 14ª Vara Federal/Seção Judiciária de Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2222/2016.

Interessado: Dra. Maria Marluce Caldas Bezerra, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DP para as medidas cabíveis.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 1º de junho de 2016.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

Protocolo 242879

PORTARIA Nº 381, DE 11 DE MAIO DE 2016

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 1455/2016, RESOLVE designar os membros do GECOC para funcionarem conjuntamente com a Promotoria de Justiça de Mata Grande, nos autos do Processo nº 0724307-21.2015.8.02.0001, em tramitação na 17ª Vara Criminal da Capital, bem como nos feitos judiciais criminais deles decorrentes.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

*Republicado.

PORTARIA Nº 446, DE 1º DE JUNHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. FRANCISCA PAULA DE JESUS LÔBO NOBRE SANTANA, Promotora de Justiça de Maragogi, de 2ª entrância, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 1ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo, de 2ª entrância, durante as férias do Promotor de Justiça designado, a partir do dia 6 de junho do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 447, DE 1º DE JUNHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor do Dr. VICENTE FÉLIX CORREIA, Corregedor-Geral do Ministério Público, portador do CPF nº 140.486.984-00, matrícula nº 27650, 1 (uma) diária, no valor de R\$ 761,78 (setecentos e sessenta e um reais e setenta e oito centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Brasília - DF, no período de 5 a 6 de maio do corrente ano, para participar da 102ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores Gerais do Ministério Público, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0003.2089.0000 - Correições Ordinárias e Extraordinárias, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 448, DE 1° DE JUNHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 74.16i, do Sistema de Gerenciamento de Processos - GEPROC, RESOLVE conceder em favor do Dr. ROBERTO SALOMÃO DO NASCIMENTO, 52º Promotor de Justiça da Capital, ora exercendo a função de Assessor Técnico da Corregedoria-Geral, portador do CPF nº 216.128.034-15, matrícula nº 70558, 1 (uma) diária, no valor de R\$ 498,62 (quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos), em face do seu deslocamento às cidades de Água Branca, Mata Grande e Piranhas, no período de 26 a 27 de abril do corrente ano, a serviço da Corregedoria Geral do Ministério Público, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0003.2089.0000 - Correições Ordinárias e Extraordinárias, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 449, DE 1° DE JUNHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 73.16i, do Sistema de Gerenciamento de Processos - GEPROC, RESOLVE conceder em favor do Dr. VICENTE FÉLIX CORREIA, Corregedor-Geral do Ministério Público, portador do CPF nº 140.486.984-00, matrícula nº 27650, 1 (uma) diária, no valor de R\$ 554,02 (quinhentos e cinquenta e quatro reais e dois centavos), em face do seu deslocamento às cidades de Água Branca, Mata Grande e Piranhas, no período de 26 a 27 de abril do corrente ano, a serviço da Corregedoria Geral do Ministério Público, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0003.2089.0000 - Correições Ordinárias e Extraordinárias, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 450, DE 1° DE JUNHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 75.16i, do Sistema de Gerenciamento de Processos - GEPROC, RESOLVE conceder em favor de GERSON JUSTINO DOS SANTOS, Assessor de Logística e Transporte desta Procuradoria Geral de Justiça, portador do CPF nº 040.574.854-06, matrícula nº 825769, 1 (uma) diária, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), em face do seu deslocamento às cidades de Água Branca, Mata Grande e Piranhas, no período de 26 a 27 de abril do corrente ano, a serviço da Corregedoria Geral do Ministério Público, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0003.2089.0000 - Correições Ordinárias e Extraordinárias, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 451, DE 1° DE JUNHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 76.16i, do Sistema de Gerenciamento de Processos - GEPROC, RESOLVE conceder em favor de JOSÉ ÂNGELO DE FARIAS FILHO, Assessor de Logística e Transporte desta Procuradoria Geral de Justiça, portador do CPF nº 026.332.974-71, matrícula nº 8258961, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), em face do seu deslocamento à cidade de Garanhuns - PE, no período de 12 a 13 de maio do corrente ano, a serviço da Procuradoria Geral de Justiça, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 452, DE 1° DE JUNHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias do Dr. JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA NETO, 8º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, referentes ao mês de junho, com efeitos retroativos ao dia 1º de junho do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 453, DE 1° DE JUNHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias do Dr. ROGÉRIO PARANHOS GONÇALVES, 1º Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, referentes ao mês de junho, com efeitos retroativos ao dia 1º de junho do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 454, DE 1° DE JUNHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias do Dr. SAULO VENTURA DE HOLANDA, 9º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, referentes ao mês de junho, com efeitos retroativos ao dia 1º de junho do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 455, DE 1° DE JUNHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias do Dr. VINÍCIUS FERREIRA CALHEIROS ALVES, Promotor de Justiça de Satuba, de 1ª entrância, referentes ao mês de junho, com efeitos retroativos ao dia 1º de junho do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 456, DE 1° DE JUNHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, resolve dispensar de suas atividades os membros do Ministério Público que, comprovadamente, participarem do “Curso de Aperfeiçoamento para Promotores de Justiça com Atribuições Eleitorais”, a realizar-se nos dias 3 e 6 de junho do corrente ano, no Prédio Sede da Procuradoria da República em Alagoas, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 457, DE 1° DE JUNHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE dispensar o servidor VICTOR ANDRÉ CARNEIRO MAGALHÃES, Técnico do Ministério Público, portador do CPF N° 078.943.244-77, matrícula nº 826037-0, da Função Gratificada de Chefe da Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, símbolo FG-1, do Quadro desta PGJ.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 458, DE 1° DE JUNHO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE lotar o servidor VICTOR ANDRÉ CARNEIRO MAGALHÃES, Técnico do Ministério Público, na Diretoria Geral desta Procuradoria Geral de Justiça.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 242870

HOMOLOGAÇÃO

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o despacho de encaminhamento da Seção de Licitações e o parecer da Consultoria Jurídica desta Procuradoria Geral de Justiça no PROCESSO PGJ N° 646/2016, resolve HOMOLOGAR o procedimento licitatório do Pregão Eletrônico n° 8/2016, que tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de locação de veículos, com e sem motorista, sem fornecimento de combustível, para transporte de documentos, materiais, colaboradores, servidores e membros a serviço do Ministério Público do Estado de Alagoas, em deslocamentos na capital e no interior, em favor das licitantes vencedoras OK LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 07.173.027/0001-25, estabelecida na Avenida João Davino, 198, Jatiúca, Maceió/AL, por ter ofertado os valores finais conforme a tabela em anexo, para os itens 1, 2 e 3, totalizando o valor de R\$ 241.162,32 (duzentos e quarenta e um mil, cento e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos) e J B LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n° 04.221.587/0001-10, estabelecida na Avenida Dona Constança de Góes Monteiro, 104, loja 105, Poço, Maceió/AL, por ter ofertado os valores finais conforme a tabela em anexo, para os itens 4, 5 e 6, totalizando o valor de R\$ 523.067,28 (quinhentos e vinte e três mil, sessenta e sete reais e vinte e oito centavos), tudo de acordo com o que preceitua a Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto n° 5.450, de 31 de maio de 2005, o Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013, a Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto n° 6.204, de 5 de setembro de 2007, o Ato Normativo n° 06, de 29 de agosto de 2005, o Ato Normativo n° 11, de 07 de dezembro de 2005, e, subsidiariamente, a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Maceió, 31 de maio de 2016

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Fornecedor: OK LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - EPP				
Item	Quantidade	Valor unitário mensal adjudicado	Valor total mensal adjudicado	Valor total anual adjudicado
1	4	R\$ 1.489,02	R\$ 5.956,08	R\$ 71.472,96
2	4	R\$ 1.996,53	R\$ 7.986,12	R\$ 95.833,44
3	2	R\$ 3.077,33	R\$ 6.154,66	R\$ 73.855,92
Valor Total				R\$ 241.162,32

Fornecedor: J B LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EIRELI				
Item	Quantidade	Valor unitário mensal adjudicado	Valor total mensal adjudicado	Valor total anual adjudicado
4	4	R\$ 3.968,15	R\$ 15.872,60	R\$ 190.471,20
5	4	R\$ 4.460,46	R\$ 17.841,84	R\$ 214.102,08
6	2	R\$ 4.937,25	R\$ 9.874,50	R\$ 118.494,00
Valor Total				R\$ 523.067,28

Protocolo 242878

Escola Superior do Ministério Público

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS - ESMP-AL

A DIRETORIA DA ESMP-AL, NESTA DATA:

Considerando o princípio constitucional da publicidade e os poderes delegados pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça;

Considerando a existência de vaga no Programa de Estágio do Ministério Público do Estado de Alagoas;

CONVOCA, abaixo, os aprovados no 5º Processo Seletivo para o quadro de vagas e formação de cadastro de reserva de Estagiários do Ministério Público do Estado de Alagoas para assumir vaga no referido programa:

*MACEIÓ:

(217º) LUCAS JONATAS MOURA DOS SANTOS;

(218º) FLAVIA NASCIMENTO DA SILVA.

INFORMA, ainda, que os convocados deverão comparecer à ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no endereço Rua Humberto Mendes, n° 636 (acesso pelo portão da rua lateral do prédio), 1º andar, Bairro Poço – Maceió-AL, no horário de funcionamento – 7h30min às 12h30min, no prazo de 7 (SETE) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DESTA DATA, sob pena de perda da respectiva vaga, munidos da seguinte DOCUMENTAÇÃO OBRIGATORIA:

- Documento oficial de identidade e CPF (original e 2 cópias);
- Comprovante de residência (original e 1 cópia);
- Título de eleitor e um dos seguintes documentos: comprovante da última votação (original e 1 cópia) ou Certidão da Justiça Eleitoral comprovando quitação eleitoral;
- Carteira de reservista (original e 1 cópia);
- 02 (duas) fotos 3x4;
- 02 (duas) vias da Declaração de Vínculo com uma das instituições de ensino superior conveniadas ao Ministério Público do Estado de Alagoas, informando que está matriculado e frequenta um dos três últimos anos do curso de Direito, não sendo válido o comprovante de pagamento da matrícula;
- 02 (duas) vias do Comprovante de horário das disciplinas em que se encontra matriculado fornecido pela faculdade;
- 02 (duas) vias da Declaração de disponibilidade de tempo para a realização de estágio de 20 (vinte) horas semanais, no horário de funcionamento da Procuradoria-Geral de Justiça ou Promotorias de Justiça, feita pelo(a) próprio(a) convocado(a);
- 02 (duas) vias da Declaração que não possui cargo, função e/ou estágio com vedação de acumulação prevista no artigo 19 da Resolução CNMP n.º 42/2009, de 26/06/2009, feita pelo(a) próprio(a) convocado(a);
- Certidões cível e criminal das Justiças Estadual e Federal;
- Declaração indicando os dados bancários de sua conta-corrente no Banco do Brasil, feita pelo(a) próprio(a) candidato(a);
- Outros documentos necessários solicitados pela Escola Superior do Ministério Público e/ou Diretoria de Pessoal do Ministério Público do Estado de Alagoas, no momento em que o candidato se apresentar dentro do prazo permitido.

Maceió, 1º de junho de 2016.

Cláudio José Brandão Sá
Promotor de Justiça
Vice-Diretor da ESMP-AL

Conselho Superior do Ministério Público

EXTRATO DA ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016

Aos 09 (nove) dias do mês de maio do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 14 horas, na sala dos Órgãos Colegiados, no 4º andar do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, compareceram, para realização da 14ª reunião ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, os Conselheiros Sérgio Jucá, Walber José Valente de Lima, Valter José de Omena Acioly e Denise Guimarães de Oliveira, sob a presidência do primeiro. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Marcos Méro e Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.

que. Havendo quorum, foi declarada aberta a sessão pelo Presidente. Ato contínuo, foi posta à apreciação a ata da 12ª reunião ordinária de 2016, a qual resultou aprovada. Ato contínuo, passou-se à análise dos processos para conhecimento. 1. Ofício nº 316/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil, para apurar poluição sonora pela Igreja Evangélica Assembleia Internacional Ágape, localizada na Rua Deputada Selma Bandeira, s/n, nesta capital. 2. Processo nº PGJ/AL-1514/2016. Origem: Promotoria de Justiça de São José da Lage. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil nº 01/2016, sobre irregularidades na contratação de empresa sem licitação pela Câmara de Vereadores do Município de São José da Lage. 3. Processo nº PGJ/AL-1516/2016. Origem: Promotoria de Justiça de São José da Lage. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil nº 02/2016, sobre improbidade administrativa e prática de nepotismo por Vereadores do município de São José da Lage. 4. Processo nº PGJ/AL-1572/2016. Origem: Promotoria de Justiça de Maribondo. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil nº 01/2016, que trata da fiscalização de atrasos de pagamentos de salários de servidores públicos do município de Maribondo, além de desrespeito ao limite de despesa com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. 5. Processo nº PGJ/AL-1604/2016. Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação da instauração do Inquérito Civil nº 06.2016.00000080-7, que diz respeito ao disciplinamento de festejos juninos em 2016. 6. Processo nº PGJ/AL-1608/2016. Origem: 19ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação do ajuizamento de ação civil por improbidade administrativa tombado sob o nº 0800205-06.2016.8.02.0001 com base no Procedimento Preparatório nº 003/2016. 7. Processo nº PGJ/AL-1627/2016. Origem: 66ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil, por meio da Portaria nº 008/2016, para fiscalização da adequação de abrigos nas paradas de ônibus e recuperação de terminais, em Maceió. 8. Processo nº PGJ/AL-1641/2016. Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação da prorrogação do prazo de conclusão do Inquérito Civil nº 17/2013, que trata acerca de irregularidades na expedição de cartas "Habite-se" na cidade de Maceió (Memo. PROESDEC/MPE-AL nº 208/2016). 9. Processo nº PGJ/AL-1642/2016. Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de ajuizamento de Ação Civil Pública em face da empresa Ricardo Eletro, tombada sob o nº 071037529.2016.8.02.0001 (Memo. PROESDEC/MPE-AL nº 270/2016). 10. Processo nº PGJ/AL-1644/2016. Origem: 1ª e 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Assunto: Comunicação da instauração de Procedimento Preparatório, através da Portaria Conjunta nº 01/2016, contra a Usina Coruripe, que trata da epidemia de microcefalia e sua relação com a adição de formaldeído sufoxilado de sódio ao açúcar (Ref.: PGJ/AL-621/2016). 11. Processo nº PGJ/AL-1645/2016. Origem: 1ª e 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Assunto: Comunicação da instauração de Procedimento Preparatório, através da Portaria Conjunta nº 02/2016, contra a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais da Colônia Pindorama LTDA, que trata da epidemia de microcefalia e sua relação com a adição de formaldeído sufoxilado de sódio ao açúcar (Ref.: PGJ/AL-621/2016). 12. Processo nº PGJ/AL-1648/2016. Origem: 66ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil, por meio da Portaria nº 009/2016, para implantação de linha de ônibus para atender aos moradores da comunidade da Grota do Andraújo, nesta Capital. 13. Processo nº PGJ/AL-1653/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação da prorrogação de prazo para conclusão de Inquérito Civil nº 667/2008. 14. Processo nº PGJ/AL-1671/2016. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Assunto: Comunicação da instauração do Procedimento Preparatório nº 02/2016, que trata de supostas irregularidades no pagamento de trabalhadores contratados pela Prefeitura de Coruripe. 15. Processo nº PGJ/AL-1699/2016. Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de ajuizamento de Ação Civil Pública em face de Bernardino Souto Maior Neto e de Joaquim Antônio de Carvalho Brito, tombada sob o nº 071037529.2016.8.02.0001. 16. Processo nº PGJ/AL-1767/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Encaminhamento de termo de compromisso de ajustamento de conduta sobre poluição sonora, em casa de eventos na Garça Torta (Procedimento Preparatório MP nº 06.2016.00000058-4). 17. Processo nº PGJ/AL-1768/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Encaminhamento de termo de compromisso de ajustamento de conduta sobre descarte aleatório de material não biodegradável por intermédio da Associação Arapiraquense de Ciclismo e TV Gazeta de Alagoas LTDA. (PGJ/AL-1331/2015). 18. Processo nº PGJ/AL-1769/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Encaminhamento de termo de compromisso de ajustamento de conduta sobre o lançamento irregular de efluentes e funcionamento sem autorização dos órgãos de controle – Avícola O Varejão. (PGJ/AL-86/2016 – MP nº 06.2016.00000056-2). 19. Processo nº PGJ/AL-1806/2016. Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação da instauração de In-

quérito Civil nº 03/2016 (MP nº 06.2016.00000072-9), para apurar supostas irregularidades no abastecimento da frota de veículos de empresa contratada para limpeza urbana no estabelecimento pertencente aos filhos da Prefeita do Município de Rio Largo. Não houve manifestação dos Conselheiros presentes acerca dos expedientes acima listados, exceto os itens 9 e 15 da ordem do dia, que após manifestação da Conselheira Denise Guimarães de Oliveira, foram retirados de pautas para, após informações desta Secretaria, serem incluídos na pauta da reunião vindoura. Ato contínuo, passou-se a apreciação do seguinte processo para deliberação. 1. Processo nº PGJ/AL-1684/2016. Origem: Procuradoria-Geral de Justiça. Interessado: Procurador-Geral de Justiça, Dr. Sérgio Jucá. Assunto: Encaminhamento das listas de antiguidade dos membros do Ministério Público do Estado de Alagoas para fins do art. 111 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. Pela ordem, a Conselheira Denise Guimarães de Oliveira levou ao conhecimento deste Conselho de expediente recebido do Promotor de Justiça Delfino Costa Neto, que faz menção a pedido de impugnação à lista de antiguidade, na 3ª entrância, no ano de 2015, restando, após discussão, deliberado pela retirada do feito de pauta para informações complementares desta Secretaria à Presidência deste Conselho sobre a existência da cientificação do interessado, para incluí-lo na pauta da reunião vindoura. Em continuidade, passou-se à apreciação do seguinte processo para deliberação em reexame de promoção de arquivamento. 1. Procedimento Investigatório Criminal nº 21/2015. Origem: Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (GECOC). Interessado: Ministério Público. Assunto: Persecução de crimes operados por organizações criminosas atuantes no Estado de Alagoas. Relator(a): Conselheiro Walber José Valente de Lima. Proclamado o resultado: Não conhecida a promoção de arquivamento, nos termos do voto do ilustre relator, por cuidarem, os autos, de matéria criminal, determinando-se, com fundamento no Assento nº 003, do CSMP, a remessa do feito à Chefia do Ministério Público, para os fins de direito. 2. Processo nº PGJ/AL-5919/2015 (MP nº 01.2016.00000230-5). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo. Interessado(a): Maria Eliza Alves da Silva. Assunto: Representação por supostos atos de improbidade administrativa em face da Vice Prefeita de Rio Largo/AL. Relator(a): Conselheiro Walber José Valente de Lima. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 3. Procedimento Investigatório Criminal nº 61/2015. Origem: Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (GECOC). Interessado: Ministério Público. Assunto: Persecução de crimes operados por organizações criminosas atuantes no Estado de Alagoas. Relator(a): Conselheiro Valter José de Omena Acioly. Proclamado o resultado: Não conhecida a promoção de arquivamento, nos termos do voto do ilustre relator, por cuidarem, os autos, de matéria criminal, determinando-se, com fundamento no Assento nº 003, do CSMP, a remessa do feito à Chefia do Ministério Público, para os fins de direito. 4. Inquérito Civil Público nº 03/2010 (02 volumes – 06 anexos). Origem: Promotoria de Justiça de Joaquim Gomes. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Fiscalização a aplicação de recursos referente as enchentes de 2010 (Ref.: PGJ/AL-5207/2015). Relator (a): Conselheiro Valter José de Omena Acioly (Retorno do pedido de vista do Senhor Presidente, Dr. Sérgio Jucá). Proclamado o resultado: Por maioria, vencido o Conselheiro Marcos Méro, o Conselho Superior do Ministério Público homologou o declínio de atribuições do órgão de execução natural, determinando a remessa dos autos à Procuradoria da República em Alagoas. Na fase de comunicações, o Senhor Presidente informou que na próxima segunda-feira, dia 16 de maio de 2016, será realizado o Curso de Formação dos novos Promotores de Justiça, cuja reunião se dará na sala dos órgãos colegiados deste Ministério Público do Estado de Alagoas. Após discussão, todos os Conselheiros presentes acordaram pela realização da próxima reunião ordinária no dia 23 de maio do corrente ano. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e, para constar, eu, Luiz de Albuquerque Medeiros Filho, Promotor de Justiça e Secretário deste Conselho, lavrei a presente ata, que vai assinada, nos termos do art. 30, § 5º, do Regimento Interno, por mim, pelo Presidente e pelos demais Conselheiros presentes.

Conselheiro SÉRGIO JUCÁ (Presidente / Procurador-Geral de Justiça)

Conselheiro WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

Conselheiro VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

Conselheira DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

Luiz de Albuquerque Medeiros Filho
Promotor de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL/FAZENDA ESTADUAL

RESENHA

A 20ª Promotoria de Justiça da Capital, através do Promotor de Justiça abaixo assinado, vem, nos termos do art. 5º da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientificar aos interessados a adoção de providências nos Processos a seguir nominados: Processo PCFPE nº 169/15(PGJ/AL-5699/2015) - Interessado: Anônimo - Assunto: Cópia de denúncia apócrifa noticiando supostas irregularidades no Sistema Prisional de Alagoas. Decisão: Assim, nos termos do art. 5º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do

Ministério Público, indefiro a abertura de procedimento administrativo. Da decisão cabe recurso administrativo a ser interposto pela interessada no prazo de 10 dias, a contar da publicação deste ato, na forma do §1º do referido artigo; Processo PCFPE nº 43/2016(PGJ/AL-1016/2016) - Udi Comércio e Importação de Eletrônicos Ltda. - Assunto: Denúncia de suposta contratação irregular. Decisão: Assim, nos termos do art. 5º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, indefiro a abertura de procedimento preparatório. Da Decisão cabe recurso administrativo a ser interposto pela interessada no prazo de 10 dias, a contar da publicação deste ato, na forma do §1º do referido artigo.

Nos termos do parágrafo primeiro da Resolução 23/2007 do CNMP, os interessados dispõem do prazo de 10 dias a contar da data da publicação para interpor recurso administrativo, com a juntada das respectivas razões.

SIDRACK JOSÉ DO NASCIMENTO
Promotor de Justiça

Protocolo 242880

NÃO AO PRECONCEITO

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião.

Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar. ”

Nelson Mandela



IMPrensa
OFICIAL
GRACILIANO RAMOS

Secretaria de Estado
do Planejamento,
Gestão e Patrimônio

ALAGOAS
TRABALHANDO SEMPRE A BEM DA GENTE